

# Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo	Tag
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 160 DE 07 DE AGOSTO DE 2017 PARA PERMITIR A	LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE 07 DE AGOSTO DE 2017, QUE	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 160 DE 07 DE AGOSTO DE 2017 PARA PERMITIR A		TRABALHOS
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996 E A LEI Nº 10.241 DE 14 DE ABRIL DE 2001 QUE DETERMINA O REGIME DE	LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996, E A LEI Nº 10.241, DE 14 DE ABRIL DE 2001, QUE DETERMINA O REGIME DE	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996 E A LEI Nº 10.241 DE 14 DE ABRIL DE 2001 QUE DETERMINA O REGIME DE		TRABALHO DE
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 50 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019 QUE DETERMINA O REGIME DE	LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019, QUE DETERMINA O REGIME DE	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 50 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019 QUE DETERMINA O REGIME DE		METROPOLITANA
	ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS NºS 44 DE 13 DE JUNHO DE 1996 E Nº 10 DE 10 DE ABRIL DE 2001 QUE DETERMINAM O REGIME DE	LEI COMPLEMENTAR Nº 44, DE 13 DE JUNHO DE 1996, E A LEI COMPLEMENTAR Nº 10, DE 10 DE ABRIL DE 2001, QUE DETERMINAM O REGIME DE	ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS NºS 44 DE 13 DE JUNHO DE 1996 E Nº 10 DE 10 DE ABRIL DE 2001 QUE DETERMINAM O REGIME DE		DEPARTAMENTAL
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DAR TRATAMENTO IGHUATÁRIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI COMPLEMENTAR Nº 10, DE 10 DE ABRIL DE 2001, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DAR TRATAMENTO IGHUATÁRIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DAR TRATAMENTO IGHUATÁRIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS		DOS SERVIDORES
	DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO, A REDACÇÃO, A ALTERAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DE LEIS	LEI COMPLEMENTAR Nº 10, DE 10 DE ABRIL DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO, A REDACÇÃO, A ALTERAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DE LEIS	DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO, A REDACÇÃO, A ALTERAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DE LEIS		PROCESO LEGISLATIVO
	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, O REGIME DE	LEI COMPLEMENTAR Nº 10, DE 10 DE ABRIL DE 2001, QUE ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, O REGIME DE	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, O REGIME DE		PROCESO LEGISLATIVO
	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, O REGIME DE	LEI COMPLEMENTAR Nº 10, DE 10 DE ABRIL DE 2001, QUE ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, O REGIME DE	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, O REGIME DE		PROCESO LEGISLATIVO
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI Nº 7, DE 10 DE ABRIL DE 2001, QUE INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS	INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS		PROCESO LEGISLATIVO
	INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE	LEI COMPLEMENTAR Nº 10, DE 10 DE ABRIL DE 2001, QUE INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE	INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE		PROCESO LEGISLATIVO
	REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI COMPLEMENTAR Nº 10, DE 10 DE ABRIL DE 2001, QUE INSTITUI O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	INSTITUI O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS		PROCESO LEGISLATIVO
	REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI COMPLEMENTAR Nº 10, DE 10 DE ABRIL DE 2001, QUE REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS	REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS		PROCESO LEGISLATIVO
	ESTABELECE NORMAS DE FINANÇAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A RESPONSABILIDADE FISCAL	LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 10 DE ABRIL DE 2001, QUE ESTABELECE NORMAS DE FINANÇAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A RESPONSABILIDADE FISCAL	ESTABELECE NORMAS DE FINANÇAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A RESPONSABILIDADE FISCAL		PROCESO LEGISLATIVO